

Caso Joice Hasselmann: Uma trama conspiratória ou um caso banal?

Caso envolvendo a parlamentar expõe guerra de informações, de interesses e de holofotes, mas até agora pouco se sabe sobre o ocorrido. Perícia não foi chamada ao local de imediato



Cássio Thyone Almeida de Rosa
4 de agosto de 2021

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



Joice Hasselmann afirma que encontrou, em seu apartamento, um objeto que não pertence a ninguém de sua casa e o entregou à polícia do DF

Bizarro! Esquisito! Exótico! Inusitado! Vários adjetivos foram utilizados em manifestações sobre o caso que envolve a deputada Joice Hasselmann, ocorrido no final de semana entre os dias 17 e 18 de julho, e que foi trazido aos noticiários a partir da quinta-feira, dia 22, cinco dias após os fatos terem efetivamente acontecido.

A deputada alega que, na madrugada do dia 18 de julho, acordou no chão de seu quarto, onde dormia sozinha, em meio a diversas manchas de sangue, apresentando ferimentos pelo corpo, que incluíam, dentre outros: dois dentes quebrados, fraturas no rosto e em uma costela. Segundo a vítima, ela teria ingerido uma medicação de uso controlado antes de dormir e de nada mais se recordava. No quarto ao lado dormia seu marido, o médico neurocirurgião Daniel França, que só teria acordado com uma ligação da deputada para seu celular, pedindo socorro. Daniel afirma que fez os primeiros socorros e posteriormente levou a mulher ao hospital.

A história aparece quando o ocorrido aparentemente “vaza” e a deputada então levanta a hipótese de uma agressão externa produzida por alguém que tivesse eventualmente invadido seu apartamento, só ou até mesmo em companhia de outras pessoas, configurando a hipótese de um “atentado político”, em tese, obviamente atribuível a seus “inimigos políticos”. De imediato ela também vai a público para afastar a possibilidade de uma agressão relacionada a violência doméstica, e é claro, eventualmente

atribuída ao seu companheiro, hipótese que as redes sociais logo passaram a repercutir. Nessa tentativa, frases infelizes foram cunhadas pela parlamentar, tal como: "Vamos combinar, não tenho o menor perfil de mulher de malandro".

A seguir entra em cena a Polícia Legislativa, que passa então a realizar suas investigações e até mesmo realizando uma perícia no imóvel onde a deputada reside, exame esse que teve como foco a perícia em imagens de câmeras de segurança do condomínio. O depoimento da deputada no DEPOL (Departamento de Polícia Legislativa) se dá apenas no dia 23/07, uma sexta-feira, portanto quase uma semana após o ocorrido.

A investigação da Polícia Legislativa ouve os funcionários do prédio onde a deputada reside e, em sua "perícia" realizada em 16 câmeras de segurança, acaba por descartar a possibilidade de uma invasão. Em comunicado oficial a Polícia Judiciária afirma que não identificou "a entrada de nenhuma pessoa" no apartamento da deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), entre quinta-feira (15/7) e terça-feira (20/7). A deputada então se manifesta sobre essa conclusão alegando que faltariam câmeras de segurança nas escadas do prédio, bem como na área comum que permite o acesso ao seu apartamento, o que segundo ela configuraria "clara falha de segurança no andar do apartamento que ocupa".

Novos atores entram em cena: Ministério Público da União (MPU), o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e Polícia Civil do Estado de São Paulo (PCESP), que passou também a acompanhar o caso, por já investigar ameaças de morte contra a congressista.

O Ministério Público Federal, após receber para análises um relatório da Polícia Legislativa, devolve o documento após indicar que os "laudos" estavam incompletos, solicitando que fossem completados.

A Polícia Civil do Distrito Federal então realiza, apenas no dia 26/07, uma perícia no apartamento funcional da parlamentar, localizado na Asa Norte, tendo como objetivo verificar se o imóvel poderia efetivamente ter sido invadido, além de examinar minuciosamente o local onde a deputada alega ter acordado lesionada e ensanguentada, um espaço obviamente já limpo.

O caso vai ganhando cada vez mais novos elementos: no mesmo dia em que se realizou a perícia de local, a parlamentar prestou depoimento à Polícia Civil e fez também um exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). À imprensa, Joice Hasselmann contou ter encontrado no dia 25/07 (domingo), em seu apartamento, um objeto que não pertence a ela nem a ninguém de sua casa. Segundo ele, o objeto foi entregue à polícia do DF. A deputada não quis dizer o que era, mas frisou não ser um objeto cortante.

Para "engrossar o caldo" ainda mais, a deputada acusa o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de tentar forjar uma versão falsa do caso. O ministro da pasta, Augusto Heleno, nega o que chamou de "ilações". A notícia que surgiu deu conta que o órgão estaria tentando atribuir os ferimentos dela a um acidente de carro. Esta informação, segundo ela, foi repassada por meio de mensagens, que foram entregues à investigação. Poucos dias após o incidente, uma capa falsa do jornal *O Estado de S. Paulo* circulou pelas redes bolsonaristas, com a versão de que a parlamentar teria batido o carro por estar sob o efeito de álcool e drogas.

Um dia depois, a conclusão da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados reafirma que: "não houve quebra de segurança" e que a investigação sobre as agressões aponta, até o momento, que não há imagens da entrada de nenhuma pessoa estranha no apartamento da deputada. A avaliação seria de que, o que quer que tenha acontecido ocorreu dentro do imóvel. Já a Polícia Civil do DF informa que, até o momento, não se descarta que Joice tenha caído ou se acidentado sozinha.

Do ponto de vista pericial valem diversas considerações:

1. Por que a investigação não realizou de imediato uma perícia de local no apartamento?
2. Mesmo nove dias depois, a perícia pode sim identificar algum vestígio, além de trazer à luz esclarecimentos sobre a possibilidade de uma eventual queda ou contato da vítima com objetos que estejam no ambiente onde se deu o fato;
3. Uma vez que existe a versão de que uma medicação controlada tenha sido ingerida, além da própria falta de consciência alegada, deveria ter direcionado a busca não só do princípio ativo dessa medicação, mas também de qualquer outra substância no corpo da deputada, afastando ou revelando a presença de álcool e drogas. Isso seria feito mediante exame toxicológico, não realizado, e que seguramente traria maiores possibilidades de esclarecimento quanto aos fatos.
4. É irrefutável que as lesões da parlamentar sejam de natureza contusa, mas que, entretanto, poderiam estar relacionadas tanto a uma etiologia intencional (criminoso) como acidental. Em conversa com um colega legista compartilhamos a opinião de que nada impede que uma pessoa sem coordenação caia, levante e siga repetindo quedas sucessivas, gerando o mesmo resultado trazido nos exames.

5. A suposta invasão ao apartamento, mesmo antes que o laudo da PCDF seja concluído e revelado (o que não tenho convicção que ocorra), é uma hipótese extremamente improvável. Estaríamos diante de uma verdadeira “Teoria da Conspiração”, se não vejamos: não houve arrombamento no apartamento (o próprio marido declara); as câmeras internas não identificam possíveis invasores. A outra possibilidade só no campo de roteiros como o do filme “Missão Impossível”.

A guerra de informações, de interesses e de holofotes está posta na mesa: escolham seus palpites!

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Graduado em Geologia pela UNB, com especialização em Geologia Econômica. Perito Criminal Aposentado (PCDF). Professor da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal e do Centro de Formação de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal. Ex-Presidente e atual membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://fontesegura.org.br/pericia-em-evidencia/q9uoj9jrda>

